

Ensino Superior em tempos de pandemia Covid-19: reflexões sobre a formação em Serviço Social

Fabírcia Cristina de Castro Maciel¹

Resumo

Uma das áreas mais afetadas pela necessidade do distanciamento social, em função da pandemia pelo Covid-19, é a *educação*, a considerar o seu *carácter coletivo* nos percursos de ensino-aprendizagem em todos os níveis de formação; e sua *função social* para a disseminação de valores e princípios societários, sejam eles de *internalização* da ordem vigente ou intenção de ruptura com a mesma, no sentido da emancipação humana. Portanto, faz-se imperativo refletir sobre novos desafios aos Sistemas de Ensino nas dimensões pedagógico-educativas, nos aspetos que circunscrevem as condições objetivas e subjetivas dos indivíduos que os integram. Por meio de referenciais da economia política, o estudo de natureza bibliográfica e documental, procura apreender as particularidades das formações em Serviço Social, sob a configuração neoliberal capitalista, e os avanços das tecnologias de informação e comunicação a apontar os limites, constrangimentos e possibilidades que perpassam as exigências de adaptabilidade no contexto atual.

Palavras-chaves: neoliberalismo, formação superior, serviço social, ensino remoto emergencial, TICs.

Higher Education in times of Covid-19 pandemic: reflections on training in Social Work

Abstract

One of the most affected areas by the Covid-19 pandemic is education. The imposition of social distancing took a devastating toll on this area, considering its collective character in the teaching-learning pathways at all levels of training, and its social function for the dissemination of societal values and principles, whether they are internalization of the current *statu quo* or the intention to break away with it, towards human emancipation. Therefore, it is imperative to reflect on the new challenges the Educational Systems faces in the pedagogical and educational dimensions, in the aspects that circumscribe the objective and subjective conditions of the individuals who integrate them. Borrowing heavily from political economy references, the bibliographical and documental study seeks to apprehend the specific features of Social Service training under the neoliberal capitalist configuration, and the advances in information and communication

¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ – UNESP/Franca, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3001-5276>.

technologies, while pointing out the limits, constraints, and possibilities that permeate the demands for adaptability in the current context.

Keywords: neoliberalism, higher education, Social Work, emergency remote education, ICTs.

Introdução

A Educação formal como *configuração coletiva* dos processos e percursos de ensino-aprendizagem é construída e cumpre, principalmente, as *funções sociais* de compartilhamento de conhecimentos úteis ao desenvolvimento das sociedades, bem como responde ao imperativo de disseminação de valores e princípios societários. É por meio dos Sistemas de Ensino que se estruturam os espaços institucionais e as regulamentações que regem a formação; definem-se os conteúdos teórico-metodológicos e práticos-operativos a serem difundidos; delineiam-se novas descobertas científicas; e manifestam-se ideias políticas, visões de mundo e *ideologia* (num sentido mais geral)² que circunscrevem as relações sociais (e a humanidade) de cada tempo.

Para entender a política educacional, antes faz-se imperativo compreender o Estado na sociedade capitalista contemporânea, identificando suas formas sociais, institucionais, políticas e jurídicas, essencial para analisarmos sua configuração e as respostas construídas no campo da *contradição* da luta de classes. Ou seja, na sociedade capitalista as políticas sociais colocam-se como forma de *mediação* de garantias e proteções sociais realizadas pelo Estado, a partir da correlação de forças e enfrentamentos realizados entre a classe trabalhadora (complexa e heterógena) e os proprietários dos meios de produção (capital monopolista) para viabilizar a reprodução social da vida.

No contexto vigente temos então uma conjunção sistemática entre Estado neoliberal, o capital monopolista transnacional e o trabalho/trabalhadores(as) a orientar as relações sociais, determinantes para a constituição da maneira e das condições em que se delineará a política Educacional. Somadas as exigências impostas pela pandemia da Covid-19, procuramos identificar as particularidades e desafios para e da formação em Serviço Social.

² Num esforço desta autora de não utilizar tal categoria levemente, tomamos como referência Hortmann (no *prelo*) e Iasi (2012), a apreender, em síntese, ideologia como forma de ocultação, justificação, “naturalização” de determinados interesses particulares *como se fossem universais*, ou seja, como forma de dominação/controlado do *status quo*.

O contexto neoliberal como fundamento constitutivo da Educação e Ensino Superior na contemporaneidade

Partimos da concepção de que as *formações sociais* se estruturam historicamente, a considerar os modos de produção social, sendo que a Educação é constitutiva e constituinte desta conformação. Neste sentido, a sociedade em que vivemos, cujo modo de produção assenta-se na forma *mercadoria*, exige a construção de princípios que a sustentem e dê direção ao conjunto de formalidades institucionais, políticas e jurídicas para seu funcionamento. No entanto, conforme afirmação de Mascaró “[...] na totalidade social, o primado do econômico não se faz a custa do político, mas, pelo contrário, é realizado em conjunto, constituindo uma unidade na multiplicidade” (Mascaró, 2013, p. 26-27). Corroboramos com a elaboração deste autor, cujos argumentos partem da concepção materialista-histórica dialética na procura de compreender o Estado e a política na sociedade contemporânea, a considerar sua dimensão histórica, relacional, estrutural, dinâmica e contraditória no contexto da *totalidade* da reprodução social.

A ideologia liberal tem como princípios básicos o individualismo, a liberdade, a propriedade, a igualdade e a democracia, conforme aponta Iasi (2012), a compor a lógica da organização social e as possibilidades de disputa, seja no campo das ideias e/ou nas esferas de produção e reprodução da vida social. Quer dizer, estes axiomas ideológicos sustentam a presente sociedade de classe, em que existe necessariamente um conjunto massificado de trabalhadores socializando a produção (porque são “livres” e “iguais” para vender sua *força de trabalho*), e um restrito grupo de proprietários concentrando os meios de produção e acumulando capital (“democraticamente”), tal como já enunciava Marx.

As classes ganham sua materialidade na medida em que os seres humanos, ao produzirem socialmente sua existência, encontram diante de si relações que os dividem e lhes atribuem papéis distintos, como compradores e vendedores de sua força de trabalho, ou como objetos a serem consumidos na produção de valor, ou como aquele que acumulará o valor excedente daí produzido (Iasi, 2012, p. 58).

No cenário de sociabilidade liberal-capitalista, por um lado, naturaliza-se e estimula-se comportamentos e expressões como a meritocracia, o esforço individual, o egoísmo, a acumulação, a liderança corporativa, o heroísmo etc. Por outro, captura-se anseios da classe trabalhadora, como por exemplo, a possibilidade de flexibilização e alargamento da autonomia nos processos do trabalho e nas formações escolares; a

ampliação de acesso a serviços e bens de consumo necessários e suntuários.³ A examinar as condições de acumulação do capital, o Estado e o mercado criam, assim, os requisitos objetivos para o seu intento, a exemplo do modelo *keynesianista-fordista*!

Resgata-se que o projeto de racionalidade neoliberal esteve em construção desde os anos de 1940,⁴ levado a cabo no final dos anos de 1970, inicialmente pela Inglaterra e EUA, e experimentado de forma profunda no Chile de Pinochet, a partir de 1973. Entretanto, foi na década de 1990 que a configuração neoliberal capitalista se globaliza a incrementar as iniciativas em função do esgotamento do modelo social e econômico *keynesiano-fordista* e da derrota do socialismo soviético (Iasi, 2012).

Então, a sumarizar os traços distintivos do neoliberalismo temos: ajustes fiscais; privatizações; contrarreformas das políticas públicas a regularizar a flexibilização no e do trabalho, acompanhada de retirada de direitos trabalhistas; ampliação das jornadas e da espoliação da força de trabalho; garantias e vantagens estatais às burguesias monopolistas nacionais e transnacionais com subvenções e isenções de impostos; reestruturação produtiva (principalmente com o *Toyotismo*) a deteriorar as condições de vida e renda da classe trabalhadora; avanço da degradação do meio ambiente; concentração de riqueza e ampliação da desigualdade social. Especificamente no campo educacional, principalmente no ensino superior, tem-se a flexibilização da e na formação; seguida por seu aligeiramento e instrumentalização utilitarista; tendência a massificação com qualidade questionável; mercantilização do ensino ampliando-se a segregação ao seu acesso. Ou seja, a educação deixa de ser um direito social e passa a compor o rol de serviços que depende da capacidade financeira de cada indivíduo e suas famílias.

Em contextos geográficos distintos, o neoliberalismo adaptou suas bases e princípios, e “A disputa pelos rumos da política educacional passa a ser pautada por interesses empresariais em nível internacional, bem como pela visão de mundo em que basicamente o esforço pessoal - *o mérito* - induz o sucesso profissional (empresarial) de cada um” (Maciel, 2020, p. 59).

³ Inclusive por meio do endividamento das famílias a médio e longo prazos, com empréstimos “facilitados” por agentes do mercado financeiro.

⁴ O grupo composto por Frederick Hayek, Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros, [...] entendia que a prosperidade de todos dependia da “liberdade” dos cidadãos e da vitalidade da competição, e o “igualitarismo” promovido pelo estado de bem-estar destruía essa possibilidade”; e que a desigualdade seria um valor necessário para as sociedades ocidentais (Anderson, 1995, p. 9).

Reflexões sobre a incidência das Tecnologias de Informação e Comunicação nas tendências do ensino superior

A educação formal é campo fértil para germinar e difundir a anuência neoliberal, por meio das diretrizes curriculares e dos projetos político-pedagógicos, ao definir competências e habilidades a serem desenvolvidas juntos aos estudantes. Ou seja, a política educacional está contida na lógica dominante da sociedade do capital, mesmo que se coloque em uma perspectiva crítica e contra-hegemônica. Pois, “As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante” (Marx; Engels, 2007).

Tais competências e habilidades definidas para cada nível de ensino e para cada profissão têm por objetivo responder as necessidades imediatas de cada tempo histórico, no sentido de viabilizar a reprodução da vida dos seres sociais, a produção e a circulação de mercadorias, e os serviços existentes nas sociedades. Na contemporaneidade, a Revolução Cibernética, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são *chave* de novos processos de trabalho e de formação, ocorrendo uma relação intrínseca entre os sistemas de ensino e as exigências do sistema do capital, inclusive a demarcar a divisão internacional do trabalho.⁵

Nóvoa nos chama atenção para a acentuação de algumas tendências no campo educacional, que já vinham se manifestando desde as últimas décadas do século XX, a traduzir-se nos seguintes termos: *domesticação*, *hiperpersonalização* e *digitalização* (Nóvoa, 2021). O autor nos informa que no contexto neoliberal, a educação acerca-se de algumas distinções que se agravam com a pandemia, a circunscrever as relações dos e entre os/as estudantes, docentes e instituições de ensino. Por exemplo, na sequência dos termos apresentados, observa-se há um retorno da formação escolar aos contextos *domésticos* ou às lógicas comunitárias, que passa ser uma exigência nos tempos pandêmicos, em detrimento dos *espaços comuns*. Em seguida, constata que muitos autores, principalmente na área da medicina, vêm produzindo trabalhos que reforçam uma *hiperpersonalização* do aprendizado, em prejuízo da *partilha*. Por fim, aponta que a ativa dinâmica da *digitalização* na educação vem sobrepondo ao *humano*.

Sem negarmos os contributos importantíssimos destas três tendências, é evidente que, em conjunto, tendem a promover um retraimento da educação no interior de espaços privados e uma relação *individualizada e consumista*

⁵ A distinção referente a divisão internacional do trabalho assenta-se na lógica do imperialismo fundada sob as bases da dependência econômica em relação aos países de capitalismo central às (ex)colônias e seus povos, por meio da extração e apropriação de sua matéria-prima (*commodities*), da superexploração da classe trabalhadora, das políticas econômicas protecionistas etc.

com as aprendizagens [grifo nosso], tendo como suporte uma “indústria global da educação” em franca expansão. A forma como se ligam entre si tornou-se muito clara ao longo deste tempo pandémico (Nóvoa, 2021, p. 6).

Neste esteio, um aspeto fulcral de nossa reflexão diz respeito as *estratégias ou modalidades de formação* presencial, semi-presencial e a distância, que assumem diversas denominações, a exemplo: Ensino a Distância (EaD), Ensino Híbrido, Ensino Remoto Emergencial.⁶ Tais estratégias são marcadas pelo uso da tecnologia em níveis e percentuais distintos. É de conhecimento que as TICs vêm sendo empregadas no ensino presencial de maneira a complementar a formação, como mais uma ferramenta no conjunto de possibilidades de atuação dos/as docentes. Já as estratégias de ensino a distância tomam as TICs como *recurso central* do processo e percurso de ensino e aprendizagem. Tal como reforça Nóvoa, esta dinâmica formativa altera de forma objetiva e simbólica desde os relacionamentos interpessoais com e entre a comunidade académica; passando pelos papéis, funções e termos de contratação do corpo docente; modo de ser/estar dos/as estudantes diante da apropriação de conteúdos e métodos de formação; até mudanças nos procedimentos avaliativos e de certificação. “Educar é ampliar horizontes, criando condições para um trabalho comum a partir de diferentes saberes, histórias e experiências” (Nóvoa, 2021, p. 6).

Tendo como referência nossa análise do ensino superior sob o prisma da economia política e os aspectos apresentados por Nóvoa, algumas questões inquietantes destacam-se quanto as estratégias de formação que tem nas TICs o pressuposto fundante: a capacidade de aniquilar uma das funções sociais da educação, a saber, o campo teórico-político de disputa de ideias; a possibilidade de configurar-se como uma resposta à acumulação de capital do mercado de serviços e de sua financeirização; probabilidade de degradação das condições objetivas e subjetivas de vida da classe trabalhadora, visto que sua formação vem tornando-se cada vez mais utilitárias, individualista, enxuta, fragmentada, simplificada, mais facilmente manipulável, menos crítica e criativa.

A exigente problematização sobre a formação em Serviço Social nos tempos de pandemia

⁶ Tal termo foi proposto formalmente no artigo “*The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning*” (Hodges, Moore, Lockee, Trust, Bond 2020) para o tipo de instrução que está sendo entregue nestas circunstâncias urgentes: ensino remoto de emergência; também utilizado pela academia brasileira.

Nosso esforço de analisar e problematizar sobre a formação profissional em Serviço Social no contexto da pandemia é uma tentativa de trazer à luz questões que são inerentes ao capitalismo enquanto modo de produção social e reprodução da vida, como fundamentos para compreendermos o problema sistêmico e estrutural que perpassa nosso cotidiano e seus rebatimentos. Noutras palavras, a formação e o exercício profissional das/dos assistentes sociais se inscrevem em um modo de organização social de produção, circulação e consumo que condicionam e influenciam as relações sociais das mulheres, dos homens, crianças, jovens e idosos em suas atividades e formas de viver. Não há quem escape da dinâmica relacional construída por este modelo de sociedade, por mais que sejamos críticos a ele. Esta afirmação não é uma sentença fatalista, mas uma constatação objetiva e concreta da realidade que precisa ser encarada de frente pela classe trabalhadora, e especificamente as/os assistentes sociais pela natureza de seu trabalho.

Neste sentido, consideremos a particularidade do Serviço Social - profissão que tem por objeto as expressões da *questão social*, com a finalidade de reprodução social da vida, mediada por políticas sociais, estabelecidas pelos sistemas de proteção e garantias dos Estados-Nação. Isto é, nossa formação deve sustentar-se em bases de fundamentação teórica, metodológica, técnica, política e ética para uma atuação que colabore para e com o enfrentamento da *questão social*, mas além disso, que exerça uma *função social* pedagógico-educativa a contribuir com a consciência crítica da classe trabalhadora no alcance de uma sociabilidade livre de opressões étnico-raciais, violações de direitos fundamentais (moradia, alimentação, educação e saúde), violências e dominações, expropriação da força de trabalho, exploração humana e degradação ambiental.

No entanto, o agravamento da crise econômica em detrimento da crise sanitária e social, amplia-se e tornam-se ainda mais complexas as refrações da *questão social*, seja pela falta de emprego e rendimentos para a sobrevivência; ampliação da pobreza e miséria alcançando parcelas significativas da população; inaceitável condição de fome de várias famílias; insuficiência dos sistemas de saúde (inclusivamente em relação a vacinação); ampliação da incidência de violências contra as mulheres e crianças; elevação da desigualdade social e econômica entre as classes sociais; condições distintas, injustas e degradadas de acesso e permanência nos sistemas educacionais; dentre outras formas de manifestação do modo de organização da sociedade do capital. Neste sentido, torna mais exigente a capacidade reflexiva crítica sobre a realidade social, e mais necessárias as competências criativas para o enfrentamento dos problemas estruturais e contingenciais.

Estamos em um momento de condições análogas aos períodos de guerras e a grandes catástrofes, em que a situação de extrema urgência da crise multifacetada demanda repensarmos a formação, não somente pelas condições do modelo de ensino remoto, mas pelo cenário caótico que se avizinha. Portanto, exige-se do Serviço Social direção e nitidez quanto às fundamentações teóricas e metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas. As e os discentes devem ser rigorosamente preparados para a leitura da realidade social em sua essência (identificando as raízes dos problemas sociais) e, assim, serem competentes e criativos na construção de *planos de intervenção profissional* capazes de explicitar, a partir de diagnóstico criterioso, as condições objetivas e subjetivas do público atendido e suas demandas; bem como das possibilidades de proteção disponibilizadas pelo Estado e a sociedade civil. Assim, criam-se as prescrições necessárias às intervenções, cujas atividades devam considerar as situações de urgência (fome, desemprego, violência etc), mas também as possibilidades pedagógico-educativa de construção de novos projetos de vida.

Considerações finais

A Política de Educação, por meio dos seus Sistemas de Ensino, não escapou às contrarreformas levadas a cabo pelas imposições da racionalidade neoliberal. As “recomendações” do *Consenso de Washington* (1989) através dos representantes do Fundo Monetário Internacional, do Banco Internacional de Desenvolvimento e do Banco Mundial, tiveram como diretriz a supremacia da agenda pró-mercado em detrimento das garantias e proteções do Estado à população.

Assim, o setor de serviços educacionais passa a compor a arena do mercado de forma ampla, arriscando-se a priorizar as demandas mais imediatas do sistema do capital sob os princípios liberais e os avanços tecnológicos, em detrimento de uma prática formativa reflexiva, crítica, coletiva, multifacetada. Conforme Nóvoa, “A vida educativa [...] deve estender-se ao comum, à partilha e aos ideais de um “novo humanismo” em paz com a Terra e com os outros” (Nóvoa, 2021, p. 7).

Portanto, é fundamental que a formação em Serviço Social crie condições para que as/os discentes atentem para os aspetos estruturais e estruturantes da sociedade capitalista, e ao mesmo tempo tenham a capacidade de compreender as singularidades que perpassam o cotidiano da vida da classe trabalhadora. Estejam instrumentalizados para construir projetos de intervenção com as famílias, recorrendo não somente ao arcabouço teórico, metodológico e operativo, mas também a dimensão pedagógica e

educativa da profissão. Em condições de ensino remoto, o desafio do corpo docente torna-se mais complexo, principalmente pelos argumentos apresentados por Nóvoa. Ou seja, as tendências afloradas na pandemia devem ter como contraface uma pedagogia que valorize a coletividade, a humanização das relações, o exercício da escuta e das trocas de experiências, a sensibilidade para não naturalizar ou banalizar sofrimentos, a internalização da possibilidade de construção de uma nova sociabilidade.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry (1995). Balanço do Neoliberalismo. In: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 9–23.
- HODGES, Charles, MOORE, Stephanie, LOCKEE, Barb, TRUST, Torrey & BOND, Aaron (2020). The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning. *Creative Commons BY-NC-ND 4.0 International License*.
- IASI, Mauro (2012). As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular.
- MACIEL, Fabricia C. C. (2020). *A formação profissional em Serviço Social por meio do Ensino a Distância: uma análise histórico-crítica a partir da realidade Mineira*. Franca/SP: UNESP.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich (2007). *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo. ISBN 978-85-85934-23-1.
- MASCARO, Alysson Leandro (2013). *Estado e forma política*. 1. ed. São Paulo: Boitempo. ISBN 978-85-7559-324-0.
- NÓVOA, António (2021). A liberdade está no diálogo. Diálogos com António Nóvoa: Reflexões sobre modelos de formação de professores/as e redes colaborativas entre escolas e universidades entre Portugal e Brasil, v. 28, n. Centro de estudos Sociais.